

CDD: 128.2

## O QUE PODEM SABER OS SERES NÃO-ONISCIENTES: SOBRE A RESPOSTA DE LYNNE BAKER AO FÍSICALISMO<sup>1</sup>

MARIA CLARA DIAS

*Departamento de Filosofia, IFCS*  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro,*  
*Largo de São Francisco de Paula 1,*  
*20051-070 RIO DE JANEIRO, RJ*  
*BRASIL*

*mcdias@ifcs.ufjf.br*

*Resumo:* O presente trabalho analisa criticamente o realismo prático de Lynne Baker. As principais teses e características da perspectiva de Baker são reconstruídas contra o pano de fundo do que ela denomina a visão standard das atitudes proposicionais e sua eficácia causal. O teste dos contrafactuais, proposto por Baker, para a atribuição de poder causal a estados mentais é, então, criticado. A tese aqui defendida diz que a proposta de Baker fracassa por não ser capaz de fornecer uma resposta adequada ao problema da suficiência.

*Palavras-chave:* realismo prático; fisicismo; atitudes proposicionais; poderes causais; condições contrafactuais.

Em *Explaining Attitudes* (1995), Lynne Baker empreende a tarefa de restituir o caráter explicativo causal de nossas atitudes proposicionais, ou seja, dos estados mentais como convicções, desejos, expectativas, enfim, o variado leque de nossos estados psicológicos ou intencionais de

---

<sup>1</sup> Agradeço a Wilson Mendonça pelas discussões que tornaram possíveis este trabalho e por sua cuidadosa leitura e apreciação crítica.

conteúdo proposicional. Segundo Baker, ou bem somos capazes de atribuir caráter causal às explicações envolvendo tais estados, ou teremos que deixar de lado grande parte, senão quase a totalidade, de nossas práticas explicativas cotidianas. A atitude adotada por Baker, o “realismo prático”, baseia a causalidade nas práticas cotidianas e científicas bem estabelecidas, se opondo assim ao quadro vigente na filosofia na mente, que apela a uma metafísica dos estados mentais e à sua identificação com estados cerebrais como forma de atribuir-lhes qualquer papel explanatório.

O presente trabalho analisa a proposta geral de Lynne Baker (1). Para tal apresentarei as principais teses e características do realismo prático e de seu par antagonico, a visão *standard*, como é chamado por Baker. Ademais, o trabalho avalia criticamente o teste dos contrafactuais proposto por Baker como critério para atribuição de poder causal a um determinado tipo de estado mental e a viabilidade applicativa do mesmo através de sua possibilidade de responder ao problema da suficiência, ou seja, a possibilidade de identificarmos os contrafactuais corretos e suficientes, para a determinação da eficácia causal de eventos mentais.

## 1. APRESENTAÇÃO DO REALISMO PRÁTICO

O realismo prático surge, na filosofia da mente, no contexto da investigação do problema da causação mental. Um histórico do problema nos levaria a questão da relação mente/corpo e da possibilidade de “interação” entre ambos, já colocada em destaque por Descartes e seus contemporâneos. A filosofia da mente retoma assim um dos mais importantes problemas da tradição filosófica e traz mais uma vez à cena as soluções outrora apresentadas e as alternativas contemporâneas a elas. Como compreender nossos estados mentais? Se considerarmos que tais estados pertencem ontológica ou epistemicamente a um sistema não-físico, estaremos adotando a alternativa dualista e teremos, como Descartes, de enfrentar a difícil

explicação da possível relação entre um tal sistema, imaterial, não-físico, e o mundo físico. Aceita a tese do fechamento causal do mundo físico, seria agora como que inevitável pensar a independência e impenetrabilidade de ambos os mundos. Como principal alternativa ao dualismo, impõe-se então a visão *standard*, ou seja, a perspectiva segundo a qual estados mentais são (i) idênticos, (ii) constituídos ou (iii) realizados por estados cerebrais. Os adeptos desta perspectiva constituem a quase totalidade dos investigadores contemporâneos do problema. São eles os fisicalistas em suas diferentes nuances. Em outras palavras, tal perspectiva insere os estados mentais no mundo físico, atendendo ou não a algumas de suas qualidades distintivas. Lynne Baker manifesta por assim dizer um veto quase solitário ao fisicalismo. Para ela há algo de imperdível, imprescindível, que a tradição da visão *standard* não consegue resgatar: nossas práticas explicativas cotidianas bem sucedidas. Não se trata de recair na imaterialidade de nossos estados mentais, mas sim de pensar a insuficiência da explicação fisicalista dos fenômenos mais triviais com que nos confrontamos no nosso dia-a-dia. O que seria um convite para jantar, uma eleição ou mesmo uma sentença de morte se não recorrermos às intenções e crenças a eles subjacentes? (ver Baker (1995), p. 4). Parece haver todo um universo de relações para o qual a atribuição de atitudes proposicionais se torna imprescindível. E o mais importante, neste universo – que abrange a quase totalidade de nossas práticas sociais – nossas explicações têm sido bem sucedidas, ainda que desconheçamos quase que completamente os princípios ou leis físicas que supostamente envolvem seus elementos. Nossas práticas explicativas cotidianas são vistas, assim, como autônomas e não menos reveladoras da realidade do que o conhecimento decorrente das práticas científicas. Baseado em tais experiências, o realismo prático reclama uma nova caracterização de nossas crenças na qual as mesmas não necessitem ser encaradas nem como estados cerebrais, nem como estados imateriais. Exatamente o que podemos compreender como uma crença é o que Baker pretende



elucidar com a introdução do teste de controle que será analisado mais adiante.

Ao apresentar-se como uma terceira via de solução para o problema da causação mental, o realismo prático toma para si a tarefa de mostrar como atitudes proposicionais podem explicar causalmente comportamentos, sem comprometer-se quer com o dualismo, quer com a visão *standard*. Para tal, assumirá, como pressuposto metodológico, a nossa prática cotidiana como fonte de conhecimento. Em outras palavras, o realismo prático, e disto deriva seu nome, assume como ponto de partida uma investigação das nossas práticas cognitivas bem sucedidas. Neste sentido, o que devemos considerar como crenças e desejos será algo que compreendemos observando tais práticas, ou seja, observando os contextos em que tais atitudes são atribuídas. O realismo prático prescinde assim de uma teoria metafísica compreensiva dos estados mentais, mas, segundo Baker, isto não torna menos eficaz suas pretensões metafísicas. Baker insiste que a adoção das práticas explicativas cotidianas bem sucedidas, sejam elas científicas ou não, como ponto de partida da investigação, deve ser capaz de alterar nossa compreensão dos estados mentais e gerar uma nova compreensão do problema da causação mental e da relação mente/corpo. Como ponto de chegada teríamos, por exemplo, a convicção de que crenças e outras atitudes proposicionais são estados de seres humanos como um todo e não apenas estados de partes de seus corpos, como por exemplo, seus estados cerebrais. Seres humanos ou pessoas são fisicamente constituídos, mas compreender o que seja uma pessoa não se limita a compreender a sua constituição – assim como compreender o que seja o Moisés de Michelângelo não significa compreender o material que o constitui, a fórmula do mármore, mas sim compreender sua inserção no mundo artístico (ver Baker (2000)).

Quais são os exemplos de explicações bem sucedidas que parecem não supor uma metafísica fisicalista, ou a adoção de um fisicalismo *prima facie*, e ainda apontar para a deficiência de uma tal explicação?

Explicações fornecidas no âmbito sociológico, econômico, psicológico entre outras, diria Baker. A explicação, por exemplo, de que a queda da bolsa se deu pela redução dos investimentos ou de que a falência da Mesbla foi provocada pelas dívidas da empresa. O que quer que possamos acrescentar acerca da constituição física dos elementos envolvidos parece não contribuir para a explicação já fornecida. Resulta daí um aprendizado que será também transposto para o caso de explicações envolvendo atitudes proposicionais: ainda que possamos reconhecer uma constituição física, nestes casos, ela não contribui para a explicação intencional, psicológica ou não. Ainda que nossas atitudes proposicionais sejam constituídas por estados cerebrais, tal constituição não possui, em certos casos, qualquer poder explanatório. Como o recurso à constituição física poderia tornar mais eficaz a explicação psicológica cotidiana de que João pegou o guarda-chuva porque acreditava que estava chovendo e, além disso, porque não desejava se molhar? No nosso dia-a-dia assumimos a tese de que atitudes proposicionais explicam comportamentos e, quase sempre, nada sabemos acerca das leis estritas que regem nossa constituição física.

É claro que podemos levantar suspeitas quanto aos exemplos fornecidos por Baker e sua interpretação destes exemplos como casos de explicação causal. Podemos suspeitar, por exemplo, (i) que em alguns casos haja entre o *explanandum* e o *explanans* uma relação definicional, isto é, não-causal ou (ii) que haja alguma circularidade inerente a qualquer explicação intencional. Baker não deixe de ser sensível a este tipo de objeção. Quanto ao primeiro tipo de dificuldade, teríamos que analisar caso a caso. Não haveria uma resposta geral. É possível que alguns dos exemplos fornecidos pela autora (ver Baker (1995), p. 100) sejam, no nosso entender, casos de relações definicionais, mas a questão poderá ser apenas achar os exemplos certos. Quanto à segunda suspeita, esta recairia para Baker também sobre qualquer explicação científica, já que fornecer explicações é, antes de mais nada, uma atitude proposicional. Não pretendo me deter neste ponto, pois a apresentação de casos de

explicações aceitas no nosso cotidiano parece não passar de uma apresentação de tais casos. Ou seja, ainda não diz coisa alguma acerca de como cotidianamente verificamos ou validamos tais explicações. O que importa aqui é que também nas explicações cotidianas precisamos separar explicações “corretas” ou bem sucedidas de explicações “incorretas” ou mal sucedidas. É por isso que o realismo prático não poderá deixar de nos apresentar uma caracterização mínima do que seja uma explicação causal e um critério para sua identificação. Mas antes de chegar a isto, gostaria de apresentar brevemente as principais características das posições compreendidas sob o título de visão *standard*.

## 2. VISÃO STANDARD

Em linhas gerais, os defensores da visão *standard* são aqueles que partilham a tese segundo a qual ter um determinado estado mental, em particular, uma crença, é estar num determinado estado cerebral. As dificuldades apresentadas pela identificação de uma crença a um estado cerebral, ou seja, de um estado mental a um estado físico, geram variações significativas entre os teóricos desta perspectiva. Um primeiro grupo é constituído pelos defensores da chamadas “teorias de identidade de tipos” (*type-identity*), onde a identidade em questão esta entre tipos de crenças, por um lado, e tipos de estados cerebrais, por outro: “para qualquer crença  $p$ , há um estado cerebral de tipo  $N$ , tal que para qualquer  $x$ ,  $x$  acredita que  $p$  se e somente se  $x$  está em  $N$ .” Nessa perspectiva, duas pessoas que partilham uma mesma crença estão em um mesmo estado cerebral. A força de tal posição pode ser abrandada por uma discriminação progressiva dos universos equiparados. Ou seja, pode-se, por exemplo, acrescentar: “em seres humanos ‘normais’, ter uma crença  $p$  é estar em um estado cerebral  $N$ .”

Contudo, mesmo com maiores refinamentos, a identificação de um tipo de crença a um tipo de estado cerebral parece não dar conta de casos intuitivos em que aparentemente estados físicos diversos realizam



um mesmo estado mental. Seres humanos e robôs parecem capazes de realizar os mesmos cálculos matemáticos ainda que em seus “cérebros” diferentes substâncias estejam atuando. Em outras palavras, crenças particulares ou realizações locais de propriedades mentais podem ser idênticas a realizações locais de tipos físicos diversos. Este problema, entendido como o problema da realização múltipla, gera como variação as “teorias de identidade de instanciações” (*token-identity*). De acordo com esta perspectiva, toda instanciação de uma crença particular é simultaneamente a instanciação de um tipo físico qualquer, porém não necessariamente de um mesmo tipo físico. A identidade é estabelecida, aqui, entre instanciações locais de propriedades mentais e instanciações locais de estados cerebrais particulares. Falantes de diferentes línguas, por exemplo, poderão ter tipos de estados cerebrais diferentes realizando a mesma crença, mas para o falante de cada língua haverá uma realização física particular que expresse a crença em questão.

Uma suposta alternativa à identificação mais forte ou mais franca entre o mental e o físico é oferecida através da substituição da relação de identidade pela relação de constituição. Crenças são constituídas por estados cerebrais, dirão os adeptos das “teorias da constituição”. Se na ótica das teorias da identidade, ao menos instanciações particulares de estados mentais deveriam ser idênticas a instanciações de estados físicos, na perspectiva da constituição, basta que haja uma identidade “molecular”, mesmo que em distintas realizações locais de estados cerebrais.

Uma quarta alternativa, a perspectiva funcionalista, desloca o eixo identificatório e, como diz o próprio nome, volta-se para a *função* realizada por um determinado estado cerebral. Estados mentais particulares são assim identificados à função realizada por estados cerebrais ou ao estado cerebral que realiza esta função. O que torna um estado cerebral uma crença de conteúdo  $p$  é a sua relação com determinados estímulos sensoriais, com outros estados internos e com o comportamento. Um estado cerebral é, por exemplo, a crença de que a

banana alimenta, quando, em virtude da mesma, o agente se dirige à banana, a leva até a boca e come, quando tem fome.

A sustentabilidade das distinções entre as quatro perspectivas até agora mencionadas não será aqui analisada.<sup>2</sup> É possível que o enfraquecimento do laço identificatório crie dificuldades sobressalentes para os que o defendem. A manutenção de um algo além do que foi identificado ao estado físico pode gerar a suspeita de um excedente inócuo, sem função e sem poder explicativo/causal. Por outro lado, quando as crenças são totalmente identificadas aos estados cerebrais, parece inevitável admitir que só restam os estados cerebrais e que o algo além, supostamente contido nas crenças, não passe de uma ficção. Assim concluiriam os materialistas eliminativistas. Estes são os mais radicais entre os fisicalistas – mas, para Baker, não necessariamente os mais perigosos ou mais equivocados. Adeptos da visão *standard* incorreriam nos mesmos erros básicos, sejam eles radicais ou não.

Mas quais seriam os equívocos metafísicos concretos da visão *standard*? Há no diagnóstico de Baker pelo menos dois equívocos fundamentais. O primeiro consistiria em um erro categorial: o de confundir relações de superveniência com relações de constituição. Relações de superveniência se dão entre propriedades enquanto relações de constituição se dão entre coisas. Dizemos que um conjunto de propriedades mentais *m* supervêm a conjunto de propriedades físicas *f*, e que um determinado objeto *x* é constituído por um determinado objeto material *y*. Para Baker, é possível negar a tese da superveniência e aceitar a da constituição, pois a constituição de um determinado objeto não abarcaria tudo que podemos dizer ou saber acerca do mesmo. Haveria, assim, lugar para um outro tipo de explicação, em muitos casos, mais completo e adequado. Quem, por exemplo, fala da nona sinfonia apenas a partir de sua constituição, parece não entender sequer do que se trata. É como alguém que descreve um Mondrian apontando para as

---

<sup>2</sup> A este respeito, consultar Kim (1998).



propriedades das tintas e da tela que o constituem. Há elementos necessariamente relacionais na caracterização de certos objetos e/ou na compreensão de certas situações.

O outro grande erro estaria em negar toda esta estrutura explicativa que apela a um universo de relações e convenções humanas e apostar em uma explicação física mais profunda que viesse a suplantá-la. No diagnóstico da autora, devemos reconhecer que se tratam de explicações diferentes que respondem a diferentes questões. Se formos médicos podemos estar realmente interessados em saber a causa física (microfísica) da cegueira de João. Mas um leigo ficaria mais satisfeito ao saber se foi catarata, um problema congênito ou um acidente de trabalho que a provocou. Aliás, em um tribunal, por exemplo, seria só isso o que interessaria para responsabilizar ou não a empresa, para pagar ou não o seguro devido. Não há, portanto, graus de profundidade, nem respostas erradas a serem suplantadas por respostas verdadeiras, mas respostas diferentes para perguntas diferentes, diria Baker (Baker (1995), p. 134).

### 3. SOBRE AS EXPLICAÇÕES CAUSAIS EM GERAL E O TESTE DE CONTROLE

Não poderíamos agora concordar com Baker e apenas acrescentar que a distinção entre os dois tipos de explicações mencionados estaria justamente no fato de que de um lado teríamos explicações causais e de outro meros esclarecimentos “conceituais”? Podemos dar mais ênfase ao aspecto esclarecedor e passarmos a falar de razões em contraposição a causas e, como bons wittgensteinianos, invocar a impossibilidade ou o *nonsense* de falar de causas ao invés de razões em certos contextos explicativos. Esta alternativa, aparentemente banida das discussões filosóficas depois de Davidson, parece agora recuperar suas forças. *Practical Reasons* (2000) de J. Dancy é um bom exemplo disto. Lynne Baker, contudo, não aceita tal opção. Trata-se de reaver o caráter explicativo causal de enunciados que se referem a atitudes proposicionais.

Insistindo no caráter causal de tais explicações, a autora estabelece condições mínimas para que uma explicação seja efetivamente deste tipo. Em primeiro lugar tais explicações deverão fornecer informações acerca da ocorrência de um fenômeno particular. Em segundo, deverão mencionar propriedades explanatórias que (i) sejam instanciadas antes da ocorrência do fenômeno explicado e que (ii) não estejam relacionadas ao fenômeno explicado por definição. Em terceiro, devem suportar contrafactuais. A primeira condição parece comum a qualquer tipo de explicação. Neste sentido, satisfazê-la não é um privilégio de uma explicação de tipo causal. A segunda condição parece tentar evitar o risco de circularidade ou petição de princípio, por um lado e mero formalismo e vacuidade conceitual, por outro. Considerando que definições não são normalmente aceitas como explicações de tipo algum, mais uma vez não haveria ainda, aqui, qualquer peculiaridade das explicações de tipo causal. A ênfase da argumentação de Baker recairá, portanto, sobre a quarta condição e dela será retirado o teste proposto pela autora para o reconhecimento de uma relação causal. Trata-se do teste de controle:

(CT) Uma ocorrência de  $F$  em  $C$  explica causalmente uma ocorrência de  $G$  em  $C$  se (i) se  $F$  não houvesse ocorrido em  $C$ , então  $G$  não haveria ocorrido em  $C$  e se (ii) dado que  $F$  ocorreu em  $C$ , a ocorrência de  $G$  era inevitável. (Baker (1995), p. 122)

A primeira condição afirma que a ocorrência de  $F$  em  $C$  é contrafactualmente necessária para a ocorrência de  $G$  em  $C$ . A segunda condição afirma que a ocorrência de  $F$  em  $C$  é suficiente para a ocorrência de  $G$  em  $C$ .

Aplicando agora o teste ao exemplo da queda da bolsa de valores, teríamos então o seguinte resultado. A redução dos investimentos, no dia 28 de agosto do ano passado, explica causalmente a queda da bolsa de valores neste mesmo dia. Pois, se a redução dos investimentos não houvesse ocorrido, então a queda da bolsa não haveria ocorrido; e dado

que a redução dos investimentos ocorreu, a ocorrência da queda era inevitável. Da mesma maneira, seria também explicada a falência da Mesbla. Se a empresa não tivesse tantas dívidas, não teria falido. Dada a existência das dívidas a falência era inevitável.

As vantagens de CT são, para Baker, evidentes. Em primeiro lugar o teste contempla a idéia de que causas interferem em seus efeitos. Em segundo lugar, o teste não distingue explicações psicológicas de outras explicações, podendo, portanto, ser aplicado a qualquer tipo de explicação. Em terceiro, não supõe de antemão uma concepção da explicação causal como uma afirmação acerca dos estados internos. E, finalmente, embora não pressuponha o materialismo, é compatível com ele. (Ver Baker (1995), p. 125)

Aparentemente, o teste parece restituir o caráter causal de muitas das explicações fornecidas no âmbito da sociologia, economia, psicologia e no nosso dia-a-dia. Porém, ainda considerando os dois exemplos acima, sabemos que, sob o ponto de vista econômico, a segunda condição poderia não ser satisfeita. O governo, o FMI ou alguma outra instância poderia injetar capital como forma de evitar a quebra do sistema financeiro ou a falência de uma empresa devedora. Isto faria, é claro, com que o fato a ser explicado não ocorresse e, como consequência, não estaríamos buscando explicar coisa alguma. O que quer dizer então que a segunda condição pode ser não-satisfeita? Quer dizer que ela só faz sentido se podemos apresentar a situação *C* de tal forma que ela já exclua os elementos que contribuem para não-satisfação da segunda condição. Ou seja, *C* teria que conter dados como: sem a ajuda do governo, do FMI ou de qualquer outra fonte. Baker, contudo, poderia defender que a introdução destes elementos na descrição da situação não é problemática, por se tratar apenas de um teste para validar ou não as explicações efetivamente fornecidas de atos que efetivamente ocorreram. Quanto mais soubermos acerca das circunstâncias que envolvem o fenômeno a ser explicado, mais aptos estaremos para aplicar o teste, validar e recusar algumas das explicações fornecidas.



Mas até que ponto podemos realmente saber o suficiente para aplicar o teste de forma adequada? Sem um conhecimento satisfatório da situação que nos permita identificar os contrafactuais certos, o teste se torna vulnerável. Para analisar especificamente este problema, pretendo agora investigar a aplicação do teste dos contrafactuais, proposta por Baker, agora, para verificar a eficácia causal de estados intencionais.

#### 4. O PROBLEMA DA SUFICIÊNCIA

Se, como os demais estados intencionais, crenças não são nem estados cerebrais, como propõe a visão *standard*, nem algo misterioso, imaterial, como parecem supor os dualistas, o que são afinal? Já vimos que é peculiar ao realismo prático tomar qualquer estado intencional como algo que se atribui não a uma parte de uma pessoa, a seu cérebro, por exemplo, mas a uma pessoa na sua totalidade. Em outras palavras, a atribuição de um estado intencional específico é feita a um ser que age, fala e pensa de acordo com enunciados que podem ser especificados intencionalmente. O recurso a tais enunciados permitirá validar ou não a atribuição de um estado mental específico ao agente. Seguindo então a proposta de Baker, a verdade ou falsidade da atribuição de uma crença de conteúdo  $p$  a um sujeito  $S$ , dependerá da existência de contrafactuais relevantes válidos para  $S$ . Nas palavras da autora: “The Practical Realist holds this:  $S$  believes that  $p$  if and only if, in  $S$ 's context, there are counterfactuals nonvacuously true of  $S$ ”. (Baker (1995), p. 158)

O realismo prático assume, assim, o teste dos contrafactuais não apenas como critério para o reconhecimento de explicações de tipo causal, mas para a própria validação da atribuição de estados intencionais a um sujeito. De acordo com (CT), segue-se, então, que condições contrafactuais relevantes determinam os estados mentais em que o agente se encontra. Tal teoria se estende ao que o sujeito faria, diria ou pensaria em circunstâncias diferentes da circunstância real. Nosso problema consistirá, mais uma vez, na especificação das condições

contrafactuais suficientes para a atribuição dos estados intencionais em questão. Vejamos um exemplo. Pensemos nas condições necessárias para que seja atribuída a um sujeitos  $S$  (Smith) a crença de conteúdo  $p$  (FHC é o presidente do Brasil). Seguindo a especificação das condições apresentadas acima (CT) teríamos:

- (i) Se Smith fosse perguntado sobre se FHC é o presidente do Brasil, se Smith compreendesse a pergunta e, além disso, fosse cooperativo, Smith responderia “sim”.
- (ii) Se Smith não acreditasse que FHC é o presidente do Brasil, então ele não responderia “sim”.

Infelizmente, também aqui sabemos que a segunda condição pode não ser satisfeita. Mesmo se Smith não acreditar que FHC é o presidente do Brasil, poderá ainda responder que “sim”. Smith pode ter o hábito de responder afirmativamente a todas as perguntas que lhe são feitas, independentemente de suas demais convicções. Poderá, por exemplo, ter sido educado de forma a responder afirmativamente tudo que lhe seja indagado por um superior. Aqui poderíamos tecer uma série de considerações a respeito da personalidade de Smith e das circunstâncias que o envolvem. Tais considerações poderiam compor um quadro onde o reconhecimento de que Smith compreendeu a pergunta e foi cooperativo não se tornasse incompatível com uma resposta afirmativa, mesmo que Smith pudesse não acreditar ser FHC o presidente do Brasil.

Em um caso similar, onde não por coincidência o sujeito também é Smith, Baker reconhece que as condições contrafactuais expressas nos termos acima seriam realmente insuficientes para determinar o estado mental de Smith. O que Baker, contudo, não reconhece é que este seja um problema capaz de abalar o teste proposto pelo realismo prático. Trata-se, no seu entender, de identificar corretamente os contrafactuais adequados. Ou seja, uma discriminação exaustiva de todos os elementos

relevantes, para cada caso, permitir-nos-ia a correta identificação dos contrafactuais relevantes. Nas palavras de Baker:

The Practical Realist's solution to the sufficiency problem is to concede that the pair of counterfactuals, (i) and (ii), are indeed insufficient for Smith's believing (that *p*). But it does not follow that there are no counterfactuals true of Smith that are... sufficient for Smith to believe (that *p*). What follows is that we may be mistaken that we are in possession of sufficient conditions for Smith's believing. We may even be justified (though wrong) to think that (i) and (ii) are sufficient for Smith to believe (that *p*). What we are missing is not information about Smith's beliefs or change belief, but rather other relevant information. (Baker (1995), p. 165f.)

Um ser onisciente poderia ter todas as informações relevantes e assim determinar adequadamente o estado mental de Smith. (Ver Baker (1995), p. 166.)

Sob a pressuposição de que a aplicação adequada do teste supõe um conhecimento de todos os fatos envolvidos na situação analisada, a teoria de Baker parece imune a críticas. Contudo, a aplicabilidade da teoria torna-se restrita quando nós, seres não-oniscientes, tentamos determinar os verdadeiros antecedentes causais das ações de outros seres humanos. O aspecto prático da proposta parece ceder lugar a uma idealização injustificada. O teste, assim como a proposta do realismo prático em geral, parecia basear sua relevância na possibilidade de compatibilizar de forma mais satisfatória nossas práticas explicativas cotidianas. Agora, no entanto, acabamos por concluir que os agentes destas mesmas práticas cotidianas não satisfazem as condições de aplicabilidade do teste. Curiosamente o teste só pode ser adequadamente aplicado por um ser não-real, onisciente, como o proposto por Descartes para resolver nossos problemas da interação entre o físico e o mental.

Ao retirar do nosso alcance as condições necessárias ao adequado reconhecimento de relações causais, Baker perde também a possibilidade de fazer frente ao fisicalismo: entre os fatos que nos são desconhecidos, mas que poderiam ser apreendidos por um ser onisciente, podemos



supor que estejam exatamente aqueles antecedentes físicos que determinam causalmente, segundo o fisicalista, todos os eventos reais. O ser onisciente estaria em condições de fornecer a explicação física completa do mundo, que excluiria, como supérflua, toda explicação de ações em termos intencionais. Nós, seres não-oniscientes, devemos, portanto concluir que, pelo menos até o momento, não dispomos de instrumentos suficientes para refutar o fisicalismo. Sob este aspecto, estaríamos, então, mais seguros se defendêssemos um fisicalismo *prima facie*, ou seja, se adotássemos o fisicalismo, até que alguém nos provasse ser outra a opção mais adequada.

Quanto à proposta de Baker, fica a pergunta feita anteriormente: por que não (i) aceitar que haja dois tipos de explicação, (ii) não reclamar o caráter causal para as explicações de tipo intencional, mas (iii) assumir que estas possam ser as mais adequadas, ou seja, pragmaticamente mais bem sucedidas, na grande maioria dos casos que envolvem relações humanas?

*Abstract:* The paper addresses critically the practical realism of Lynne Baker. The main claims of Baker's position are reconstructed against the background of what she terms the "standard view" of propositional attitudes and their causal efficacy. The counterfactual test for the attribution of causal powers to mental states proposed by Baker is then critically analyzed. It is claimed that this proposal fails because it cannot adequately answer to the sufficiency problem.

*Key-words:* practical realism; physicalism; propositional attitudes; causal powers; counterfactual conditions.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, L.R. (1995). *Explaining Attitudes* (Cambridge, Cambridge University Press).
- . (2000). *Persons and Bodies: A Constitution View* (Cambridge, Cambridge University Press).

KIM, J. (1998). *Mind in a Physical World. An Essay on the Mind/Body Problem and Mental Causation* (Cambridge, Mass., MIT Press).

DANCY, J. (2000). *Practical Reality* (Oxford, Oxford University Press).